

Emendas inflam obras tocadas por aliados de senadores

Verbas de comissões ampliaram valores às empresas da família de Marcelo Castro e de suplente de Alcolumbre

DIMITRIUS DANTAS
dimitrius.dantas@bol.eglobo.com.br

Foco de uma queda de braço entre governo e Congresso, as emendas de comissão foram usadas para aumentar valores destinados a obras tocadas por empresários ligados a dois senadores aliados do Palácio do Planalto. Por meio de aditivos assinados nos últimos meses, duas construtoras, uma do suplenente de Davi Alcolumbre (União/AP) e outra da família de Marcelo Cardoso (MDB-PI), receberam cerca de R\$ 70 milhões que tiveram como origem recursos indicados por parlamentares. Procurados, os senadores não se manifestaram.

Os contratos que receberam os aditivos foram assinados com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), ligada ao Ministério da Integração e

do Desenvolvimento Regional. A pasta é comandada por Waldez Góes, que teve Alcolumbre como seu fiador no cargo.

A estatal afirmou, por meio de nota, que a assinatura de termos aditivos é um procedimento realizado rotineiramente com o objetivo de assegurar o prosseguimento e a conclusão de obras. "Relações eventualmente existentes entre terceiros são desconhecidas e não integram o rol de critérios que motivam ou impedem a assinatura de aditivos", diz o órgão. Também procurado, o ministério afirmou que os repasses são de responsabilidade do Codevasf.

Os aditivos são complementos ao contrato original usados para aumentar o termo de vigência, isto é, dar mais prazo para que prefeituras e governos estaduais finalizem a obra conveniada. En-



Alcolumbre. Empresa de seu suplenete recebeu emendas de comissão



Castro. Obra tocada por empreiteira do irmão teve aditivo de R\$ 38 milhões

tretanto, em alguns casos, o ministério pode também fazer um acréscimo nos custos do empreendimento.

Foi o que aconteceu, por exemplo, no contrato assinado para a pavimentação da rodovia AP-010. Em janeiro do ano passado, o GLOBO revelou que o governo do Amapá contratou para o serviço a Construtora e Reflorestadora Rios Freireira, pertencente a Breno Chaves Pinto, segundo suplente de Alcolumbre.

O valor inicial previsto foi de pouco mais que R\$ 64 milhões — com o governo federal investindo R\$ 58 milhões, e o restante, R\$ 5,8 mi-

lhões, sob responsabilidade do governo do Amapá. Em 2021, os recursos do governo federal foram empenhados com dinheiro do orçamento secreto indicados por Alcolumbre. Durante 2023, entretanto, dois aditivos alteraram o preço do convênio: passou de R\$ 64 milhões para R\$ 99 milhões, com o governo federal agora bancando 98% do custo.

O aumento da participação do governo foi custeado com uma emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado, comandada por Castro. A indicação foi oficializada por meio de ofício encaminhado pelo senador para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

de Alcolumbre não foi a única a receber recursos desta forma. No começo deste ano, um aditivo aumentou em R\$ 38 milhões o valor destinado para obras de saneamento e esgotamento em Florianópolis (PI). A empreiteira responsável é a Jurema, que tem João Costa e Castro, irmão do senador Marcelo Castro, como sócio-administrador.

MAIS DO QUE O DOBRO

O convênio foi assinado ainda em 2008, com orçamento inicial de R\$ 26 milhões, mas vem sendo prorrogado e aditado com o passar dos anos. Corrigido pela inflação, o preço inicial do convênio era de R\$ 58 milhões. Nos últimos 16 anos, foram feitas 19 aditivos, entre prorrogações do prazo para a obra e acréscimos de valor. Com o último aditivo, o valor chegou a R\$ 144 milhões, mais do que o dobro do previsto inicialmente. Segundo os dados mais recentes, ainda restam 30% da obra a serem executadas. Os recursos para esse novo aditivo também saíram da CDR, que tem Castro como presidente.

Em agosto deste ano, o GLOBO revelou que Castro já havia sugerido, também por meio de emendas de comissão, recursos para a reparação da BR-235 no Piauí, outra obra ameaçada pela seca.

No último dia 16, o GLOBO revelou por meio de um cruzamento de informações de documentos públicos e de redes sociais que congressistas estão indicando os recursos das emendas de comissão sem transparência, em processo similar ao que ocorria com o orçamento secreto.

As emendas de comissão se tornaram foco de embate entre Planalto e Congresso após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetar, em janeiro, R\$ 5,6 bilhões no Orçamento de 2024.

O Congresso aprovou um total de R\$ 16 bilhões para emendas de comissão no fim do ano passado. Com o veto, restarão R\$ 11,4 bilhões, o que ainda representa um aumento em relação ao total de 2023, quando o valor foi de R\$ 6,9 bilhões.

O governo negocia com parlamentares recompor os valores cortados para evitar que o veto seja derrubado.

OS VALORES DOS ADITIVOS

R\$ 35 MILHÕES

É o valor do aditivo no contrato para pavimentação da rodovia AP-010, que passou de R\$ 64 milhões para R\$ 99 milhões

R\$ 38 MILHÕES

Foi o valor do aditivo para obra de saneamento em Florianópolis (P

A OBRA É TOCADA PELA CONSTRUTORA RIO PEDREIRA, QUE PERTENCE A BENO CHAVES PINTO SUPLENTE DE DANI ALCOLUMBRE (LIN 40-42)

A OBRA É TOCADA PELA JUREMA, QUE TEM UM IRMÃO DO SENADOR MARCELO CASTRO COMO SÓCIO-ADMINISTRADOR

Zema demite auxiliar acusado de receber propina

> O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), demitiu ontem o subsecretário de Relações Institucionais da Casa Civil, Bruno Ornelas. O advogado atuava como representante do governo de Minas em Brasília. A exoneração foi publicada em edição extra do Diário

Oficial do estado

> Mais cedo, a coluna de Guilherme Amado, no portal "Metrópoles", revelou conversas entre um empresário de Brasília e Ornelas, ocorridas em maio de 2022.

> Nos diálogos, o advogado supostamente pedia R\$ 900 mil para nomear um indicado do empresário para a gerência do Departamento de Tecnologia da Informação do De-

trangoiano. À época, Ornelas trabalhava com o Podemos, partido responsável pelas indicações do órgão de trânsito no governo de Ronaldo Caiado (União Brasil).

> Ao "Metrópolis", por meio de nota, o advogado disse desconhecer "qualquer negociação de cargo ou qualquer outra ação que tenha usado seu nome de forma indevida e criminosa".

➤ As conversas mostram que Ornelas dizia agir a pedido de um então colega de partido e candidato derrotado a deputado estadual em 2022, ao pedir pagamentos ao empresário. "O Detran lá é nosso, mas o jogo é dele (Cortês)", teria afirmado.

> Ornelas também teria pressionado o interlocutor para que realizasse pagamentos: "Faz o Pix aí".

visuais

oops!

fotografia

click!

cultura

grrrr!

patrimônio

humor

co.liga

UMA ESCOLA DIGITAL

COM CURSOS LIVRES

E OPORTUNIDADES EM

ECONOMIA CRIATIVA

é gratis. é agora. é pra você.

INSCREVA-SE!

OEI

Fundação Roberto Marinho

patrimônio

Globo

Apóio de mídia: O GLOBO